



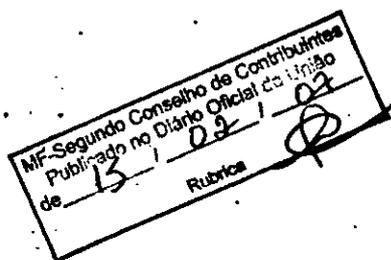
Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10380.007170/2003-01
Recurso nº : 132.823
Acórdão nº : 201-79.339

Recorrente : JET LTDA.
Recorrida : DRJ em Fortaleza - CE

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 13/11/2006
Eude Pessoa Santana
Mat. Siape 91440

2º CC-MF
Fl.



NORMAS PROCESSUAIS. LANÇAMENTO. REVISÃO DE DCTF. VINCULAÇÕES.

No caso de lançamento efetuado a partir da revisão das Declarações de Contribuição e Tributos Federais - DCTF, a posterior constatação do acerto da vinculação do débito a hipótese de suspensão de exigibilidade ou de extinção do crédito tributário é motivo de cancelamento do auto de infração.

DCTF. VALORES DECLARADOS. CONFISSÃO DE DÍVIDA.

Os valores de débitos declarados em DCTF, ainda que vinculados a fatos que representem hipótese de suspensão de exigibilidade ou de extinção do crédito tributário, são considerados confissão de dívida, permitindo a sua cobrança, após apuração administrativa específica de eventual incorreção ou falta na vinculação.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JET LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 2006.

Josefa Maria Coelho Marques
Josefa Maria Coelho Marques
Presidente

José Antonio Francisco
José Antonio Francisco
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Walber José da Silva, Gileno Gurgão Barreto, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, Fabiola Cassiano Keramidas e Gustavo Vieira de Melo Monteiro.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10380.007170/2003-01
Recurso nº : 132.823
Acórdão nº : 201-79.339

Recorrente : JET LTDA.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 13/11/2006 Eude Pessoa Santana Mat. SIAPE 91110

2º CC-MF Fl. _____

RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário (fls. 99 a 107), apresentado contra o Acórdão nº 7.087 (fls. 69 a 90) da DRJ em Fortaleza - CE, que considerou procedente em parte o lançamento de PIS efetuado em 23 de julho de 2003, relativamente aos períodos de março a junho, outubro a dezembro de 1998, nos seguintes termos:

"Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep

Ano-calendário: 1998

Ementa: MULTA DE OFÍCIO E JUROS DE MORA: AÇÃO JUDICIAL - LANÇAMENTO PARA PREVENIR A DECADÊNCIA. No lançamento para prevenir a decadência do direito da Fazenda Pública em constituir o crédito tributário, quando o contribuinte efetuou a propositura de ação judicial contra o Fisco, antes ou posteriormente a autuação, com o mesmo objeto, não cabe, por disposição expressa de lei, somente a multa de ofício. Os juros de mora, porém, são devidos, porquanto integram, como acessórios do principal, o crédito tributário lançado.

AÇÃO JUDICIAL. COMPENSAÇÃO. A certeza e a liquidez dos créditos são requisitos indispensáveis para a compensação autorizada por lei, segundo o comando inserto nos artigos 170 e 170-A do CTN. Créditos que não se apresentam líquidos, não podem ser objeto de autorização de compensação, porquanto para se proceder à compensação deve, previamente, existir a liquidez e certeza do crédito a ser utilizado pelo contribuinte.

MULTA DE OFÍCIO. RETROATIVIDADE BENIGNA. Tendo em conta a nova redação dada pelo art. 25 da Lei 11.051, de 2004, ao art. 18 da Lei 10.833, de 2003, em combinação com o art. 106, inciso II, alínea "c", do CTN, cancela-se a multa de ofício aplicada.

Assunto: Processo Administrativo Fiscal

Ano-calendário: 1998

Ementa: NULIDADE DO LANÇAMENTO X CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. Os atos internos lavrados pela Administração Tributária para deflagrar o procedimento fiscal de lançamento não enseja a nulidade do ato de constituição do crédito tributário, não se caracterizando nenhuma irregularidade e/ou ilegalidade da Administração nesse sentido, compatíveis, assim, com a fase oficiosa do lançamento. O contraditório somente instaura-se com a ciência do feito fiscal pelo contribuinte, quando a partir de então este pode exercer plenamente o seu direito de defesa.

JULGAMENTO ADMINISTRATIVO. ALCANCE. A função das Delegacias da Receita Federal de Julgamento, como órgãos de jurisdição administrativa, consiste em examinar a consentaneidade dos procedimentos fiscais com as normas legais vigentes, não lhes sendo facultado pronunciar-se a respeito da conformidade ou não da lei, validamente editada, com os demais preceitos emanados pela Constituição Federal.

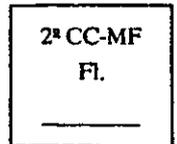
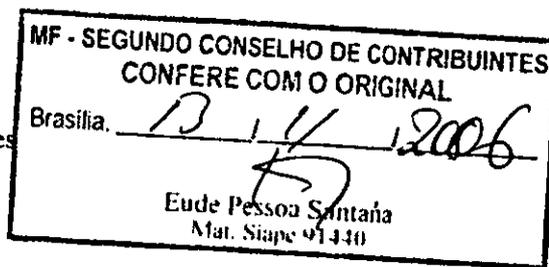
Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Ano-calendário: 1998



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10380.007170/2003-01
Recurso nº : 132.823
Acórdão nº : 201-79.339



Ementa: DECADÊNCIA DO LANÇAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES. O direito da Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após 10 (dez) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.

EXAME DA LEGALIDADE E DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS. Não compete à autoridade administrativa o exame da legalidade/constitucionalidade das leis, porque prerrogativa exclusiva do Poder Judiciário.

SENTENÇAS JUDICIAIS E DECISÕES ADMINISTRATIVAS. EFEITOS. As decisões administrativas e as judiciais não se constituem em normas gerais, razão pela qual seus julgados não se aproveitam em relação a qualquer outra ocorrência, senão aquela objeto da decisão, à exceção das decisões do STF sobre inconstitucionalidade da legislação.

Lançamento Procedente em Parte”.

Segundo o auto de infração (fls. 26 a 29), o número do processo judicial informado em vinculação a débito (98.0006794-9¹) não foi confirmado pelo sistema, relativamente aos períodos de abril a junho e outubro a dezembro, e o processo judicial informado em relação ao débito do período de março seria de outro CNPJ (98.3448-0).

No recurso, alegou a interessada que haveria ordem expressa na liminar obtida na ação cautelar proposta para a autoridade abster-se de “qualquer autuação fiscal em relação ao não recolhimento dos créditos supramencionados”. Dessa forma e em face do disposto no art. 59, I, do Decreto nº 70.235, de 1972, e no art. 53 da Lei nº 9.784, de 1999, a autuação seria nula.

Afirmou que, tendo apresentado planilhas demonstrando o aproveitamento dos créditos, haveria “motivo bastante para, no máximo, o agente fiscal haver lavrado o auto de infração com créditos tributários com exigibilidade suspensa, tendo como prova a própria escrita fiscal da empresa”. Ademais, os débitos teriam sido “atingidos pela utilização do crédito conferido ao contribuinte pela ação cautelar nº 98.0007740-5”.

O arrolamento de bens constou da fl. 183.

É o relatório.

1 No recurso, a interessada também se reporta à Ação nº 98.003448-0.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10380.007170/2003-01
Recurso nº : 132.823
Acórdão nº : 201-79.339

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 13 de Novembro de 2006 Eude Pessoa Santana Mat. Siapc 91440

2º CC-MF Fl. _____

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, razões pelas quais dele se deve tomar conhecimento.

Primeiramente, examina-se a questão da suposta vedação ao lançamento por medida liminar.

Muito embora tenha constado do despacho do Juiz que concedeu a liminar a proibição de lançamento, há que se ter em conta que o lançamento, para constituição do crédito tributário, é um poder-dever do Estado, que deve ser praticado para garantir o direito de crédito, especialmente em face do curso do prazo decadencial.

A proibição do lançamento não faz sentido, enquanto não transitada em julgado a ação. Nesse caso, o lançamento será indevido, por que, se a decisão transitada em julgado determina que o tributo não é devido, não se pode falar em direito do Fisco.

Ademais, o lançamento efetuado, na vigência de medida liminar, não tem executividade, uma vez que as medidas liminares impõem a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

Veja-se que a medida liminar objetiva apenas garantir a não violação de direito líquido e certo do sujeito passivo e não pode representar antecipação de todos os efeitos da sentença.

Entretanto, o respeito à decisão judicial é garantido, ainda que se tenha realizado o lançamento.

Cabe, a seguir, a análise da questão da possibilidade de lançamento de débito declarado em DCTF, vinculado a fato que represente suspensão da exigibilidade do crédito.

Essa modalidade de lançamento tinha suporte no art. 90 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, que determinava o lançamento, com aplicação da multa de ofício, nos casos de débitos vinculados indevidamente a hipóteses de suspensão ou de extinção do crédito tributário.

A razão original do lançamento, entretanto, foi alterada, conforme descrição a seguir constante do acórdão de primeira instância:

"9.1. De início cabe esclarecer que o móvel da autuação foi a não localização pelos sistemas de controle da Receita Federal do processo judicial informado pelo contribuinte na DCTF do 1º, 2º e 4º trimestres do ano-calendário de 1998 ('Proc. jud. não comprovado').

9.2. Na peça impugnatória, a defesa comprova que ingressou com ação cautelar (Processos nos 98.003448-0 e 98.006794-9), pleiteando a compensação de quantias pagas indevidamente a título de PIS, com os valores devidos a título da mesma contribuição."



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 13/11/2006
Eude Pessoa Santana
Mat. S/ape 91410

2ª CC-MF
Fl.

Processo nº : 10380.007170/2003-01
Recurso nº : 132.823
Acórdão nº : 201-79.339

Portanto, tendo-se verificado serem corretas as informações constantes da DCTF, o lançamento foi supostamente alterado para o do art. 63 da Lei nº 9.430, de 1996, para prevenir a decadência.

Deve-se, entretanto, considerar a real causa do lançamento. É inegável, no presente caso, que se trata de lançamento eletrônico, que se originou de revisão de DCTF.

No caso do lançamento previsto no art. 90 da MP nº 2.158-35, de 2001, o auto de infração é emitido por um sistema eletrônico, que é responsável por conferir as vinculações efetuadas em DCTF. A causa do lançamento, portanto, é a vinculação indevida ou incorreta.

No caso do lançamento previsto no art. 63 da Lei nº 9.430, de 1996, o auto de infração é lavrado pela fiscalização, ao constatar que o direito da Fazenda corre risco, em razão da decadência. Essa modalidade de lançamento era especialmente valiosa, nos casos de compensação apenas escritural (que não mais existem, em face da exigência da declaração de compensação), autorizada por medida liminar, em que o valor compensado era informado em DCTF, vinculado a compensação sem Darf ou a processo judicial.

Entretanto, a razão do lançamento dessa modalidade não é a vinculação indevida, mas o fato de não haver recolhimento de tributo, em face de ação judicial.

No caso dos autos, não foi o que ocorreu, pois a razão do lançamento foi a suposta vinculação indevida, comprovadamente equivocada.

Dessa forma, o lançamento não deveria ter sido efetuado.

Para efeito de complemento do voto, também devem ser analisadas as questões relativas ao lançamento de débitos declarados em DCTF, ainda que indevida ou incorretamente vinculados.

O art. 90 da MP nº 2.158-35, de 2001, pressupunha o entendimento de que somente os valores declarados em DCTF como "saldo a pagar" representariam confissão de dívida. Dessa forma, qualquer vinculação efetuada pelo contribuinte impediria a cobrança do débito declarado e exigiria o lançamento.

De um lado, aplicava-se a multa de ofício em face da vinculação indevida, mas, de outro, concedia-se ao contribuinte o direito de discutir administrativamente a vinculação ou os próprios débitos.

Com a legislação que tratou da declaração de compensação, passou-se a entender que os débitos declarados em DCTF, ainda que vinculados, representariam confissão de dívida, uma vez que a MP nº 135, de 2003, art. 17, convertida na Lei nº 10.833, de 2003, restringiu o lançamento do citado art. 90 à multa isolada.

É claro que, se não é mais necessário o lançamento, considera-se constituído o crédito tributário pela sua declaração em DCTF, ainda que vinculado a hipótese de extinção ou suspensão de exigibilidade.

Ademais, a imposição da multa de ofício ficou restrita a alguns casos de compensação indevida, não havendo previsão de aplicação em outras modalidades de vinculação de débitos em DCTF.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10380.007170/2003-01
Recurso nº : 132.823
Acórdão nº : 201-79.339

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
CONFERE COM O ORIGINAL
Brasília, 13/11/2006
Eude Pessoa Santana
Mat. Sijape 91440

2ª CC-MF
Fl. _____

Em relação à multa, a solução, para os casos em julgamento, é simples: aplicar retroativamente a legislação mais benéfica, com base no art. 106 do CTN;

Mas, e em relação ao lançamento do tributo declarado em DCTF?

Uma vez que a cobrança do débito é perfeitamente possível por meio da DCTF, o único obstáculo ao cancelamento puro e simples do auto de infração, pelo fato de o crédito tributário já ter sido constituído, são as conseqüências para o processo administrativo fiscal e o direito de defesa do contribuinte.

Como já observado, a "boa" conseqüência do lançamento do art. 90 para o contribuinte era a possibilidade de discussão das vinculações no âmbito do processo administrativo.

Portanto, nos casos em que o contribuinte discute a correção da declaração dos débitos e as vinculações, não se pode, meramente, declarar improcedente o auto de infração e simplesmente cancelá-lo, porque, sem que as alegações tenham sido apreciadas, os débitos serão cobrados eventualmente com base nas DCTF.

No presente caso, entretanto, as alegações efetuadas pela interessada foram apreciadas na 1ª instância e, a seguir, serão esclarecidas as circunstâncias em que a cobrança poderá ser efetuada.

Os débitos poderão ser cobrados pela DCTF, desde que, alterando-se a situação jurídica de sua exigibilidade, a recorrente não efetue o pagamento. Para isso, a unidade local competente da Secretaria da Receita Federal deverá verificar o andamento da ação e a regularidade das vinculações e tomar todas as demais providências comuns aos casos de acompanhamento de ação judicial, como a existência de medida judicial suspensiva da exigibilidade do crédito, decisão judicial executável provisoriamente, efeitos suspensivos ativos concedidos por meio de agravos de instrumento, decisão judicial transitada em julgado, etc.

Esclareça-se, ainda, que o auto de infração em análise deve ser cancelado, pelo fato de sua causa (processo judicial não localizado) ter-se revelado falsa. Entretanto, é possível à fiscalização ou à seção de cobrança da competente unidade da Receita Federal verificar se as vinculações e a forma de apuração dos créditos da interessada estão corretas, nos termos das medidas judiciais concedidas ou de decisões judiciais, transitadas ou não em julgado, e dos efeitos atribuídos aos recursos apresentados.

Na hipótese de apuração de irregularidades ou de alteração da situação jurídica da cobrança, não se haverá que falar em lançamento, porque os débitos estão declarados, mas em cobrança e eventual encaminhamento para inscrição em dívida ativa, com base nos valores declarados em DCTF e as apurações que forem efetuadas.

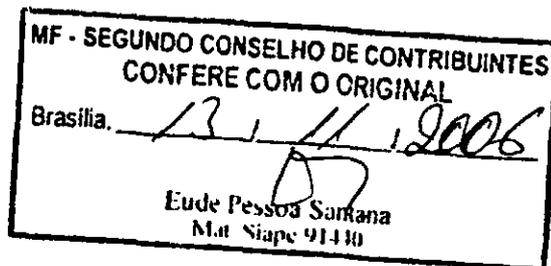
Esclareça-se, ainda, que a tese da recorrente de que a Fazenda deveria apenas manifestar-se no âmbito da ação judicial é incorreta, pois o lançamento é o único meio pelo qual a Fazenda dispõe, por lei, para constituir o crédito tributário.

No presente caso, a constituição dos créditos ocorreu por meio da apresentação das DCTF, o que tornou o lançamento desnecessário. Entretanto, dependendo do destino da ação judicial e da correta forma das vinculações, os débitos declarados poderão ser cobrados.



Ministério da Fazenda
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10380.007170/2003-01
Recurso nº : 132.823
Acórdão nº : 201-79.339



Conforme dispõe o art. 38 da Lei nº 6.830, de 1980, a discussão judicial da dívida ativa da União somente pode ser feita no âmbito da ação de execução fiscal, a não ser em algumas hipóteses lá elencadas.

Por fim, ressalte-se que a apresentação de ação judicial, pelo contribuinte, implica renúncia às instâncias administrativas, conforme Ato Declaratório Normativo Cosit nº 3, de 1996, de forma que as alegações apresentadas na ação judicial somente devem ser resolvidas no âmbito do respectivo processo.

À vista do exposto, voto por dar provimento ao recurso, para cancelar do auto de infração, mas com as ressalvas apontadas quanto à possibilidade e aos limites da cobrança dos débitos declarados em DCTF.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 2006.


JOSE ANTONIO FRANCISCO 